

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 3.



Internet: <cauma.gov.br> (com adaptações).

Com base nas propriedades do texto e nas estruturas gramaticais nele presentes, julgue os itens a seguir.

- 1 Predomina no texto a tipologia textual instrucional.
- 2 Em termos da sua transitividade, no texto, as formas verbais “fortaleça”, “contribua” e “saiba” selecionam um complemento cada um.
- 3 As formas verbais “saiba” e “atua” concordam com um sujeito indeterminado do tipo “você”.

Texto para os itens de 4 a 6.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

XX – promoção de conforto, de abrigo, de descanso, de bem-estar e de acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, de estruturas, de equipamentos e de técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, de idosos, de jovens e de outros segmentos da população.

Internet: <planalto.gov.br> (com adaptações).

Considerando as características textuais e gramaticais presentes no texto, julgue os itens seguintes.

- 4 O texto constrói-se com base na função referencial da linguagem.
- 5 Manter-se-iam a correção gramatical e o sentido original do texto caso o trecho “garantia do direito a cidades sustentáveis” fosse reescrito como **garantia de direito à cidades sustentáveis**.
- 6 Os termos preposicionados “de conforto” em “promoção de conforto”, “de materiais” em “o emprego de materiais” e “de pessoas em situação de rua” em “o afastamento de pessoas em situação de rua” desempenham a mesma função sintática.

Texto para os itens de 7 a 16.

O nome atribuído às línguas não é uma definição aleatória. As línguas precisam ser nomeadas para poder existir. Línguas são batizadas a partir do momento histórico em que é necessário afirmar sua posição ou conferir identidade aos seus falantes. Assim, a língua dos portugueses chamamos português. Além disso, territórios etnicamente diversos podem apresentar línguas que se relacionam com as populações ali pertencentes. Desse modo, à língua falada no País de Gales dá-se o nome de galês, e a língua mais falada no sudeste da China chamamos cantonês.

Parece simples, mas nem tanto. Há diferentes modelos de povoação linguística, que representam a complexidade dos modelos de povoação humana. Mas o que todas as línguas naturais conhecidas compartilham é justamente o fato de servirem à comunicação de seus falantes e terem, por isso, um nome. No que se refere ao Brasil, a língua majoritariamente utilizada em seu vasto território é a que se costumou chamar português. Usar o português no Brasil é fruto de uma herança de colonização e dominação de Portugal, país cuja língua tem esse mesmo nome.

O português falado no Brasil e o utilizado em Portugal não compartilham as mesmas características. Diferenciam-se em relação ao vocabulário, à maneira de falar e de entoar as frases, à posição das palavras na frase e assim por diante. Convém questionar, portanto, no que se refere à nomenclatura, se seria necessário modificar o nome pelo qual a língua falada no Brasil é chamada. Há quem continue se referindo a ela tão somente como “português”. Outros propõem o uso consciente de “português brasileiro”, com nome e sobrenome. Já alguns poucos assumiram uma postura mais diferente de chamar “brasileiro” a língua utilizada no Brasil.

Chamar apenas “português”, na perspectiva histórica da língua, é um anacronismo. Não corresponde aos fatos históricos. Desconsidera as noções de desenvolvimento independente e contínuo que a língua portuguesa teve no Brasil, especialmente após o século XIX. Chamar apenas de “brasileiro” também evidencia anacronismo. Desconsidera toda a herança linguística trazida para o Brasil, que é inegavelmente portuguesa. O nome “português brasileiro” representa ruptura e continuidade. É um nome apropriado não apenas nos contextos de pesquisa acadêmica, mas uma importante ferramenta para que os falantes se reconheçam diante de sua língua.

OLIVEIRA JUNIOR, R. **Português ou brasileiro** – qual é o nome da nossa língua? Revista Roseta, v. 5. n. 1, 2022. Abralín, 2022. Internet: <roseta.org.br> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 7 O nome de uma língua reflete as eventualidades históricas pelas quais passaram os seus falantes.
- 8 Independentemente dos modelos de povoação linguísticas, todas as línguas existentes são instrumentos de comunicação usados pelos seus falantes.
- 9 A escolha de um novo nome para a língua falada no Brasil é motivada pelo fato de essa língua não ser a mesma língua que se fala em Portugal.
- 10 O autor utiliza-se de argumentos de natureza histórica para desconsiderar os nomes “português” e “brasileiro” como possibilidades terminológicas para a língua falada no Brasil.

Considerando os aspectos linguísticos do texto, julgue os itens seguintes.

- 11 Nos trechos “As línguas precisam ser nomeadas” e “Línguas são batizadas”, os vocábulos “nomeadas” e “batizadas” são usados como sinônimos.
- 12 Na oração “Há diferentes modelos de povoação linguística”, a substituição da forma verbal “Há” por **Existe** manteria a correção gramatical e o significado original do texto.
- 13 No período “Usar o português no Brasil é fruto de uma herança de colonização e dominação de Portugal, país cuja língua tem esse mesmo nome”, o emprego da vírgula após a palavra “Portugal” é obrigatório.
- 14 O vocábulo “o”, presente no trecho “o utilizado em Portugal” é um elemento de coesão referencial.
- 15 Na oração “se seria necessário, a palavra “se” classifica-se como uma conjunção com significado condicional.
- 16 A oração “Chamar apenas de ‘brasileiro’” funciona como complemento da forma verbal “evidencia”.

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir, acerca da redação oficial.

- 17 Dada a sua natureza oficial, os documentos oficiais caracterizam-se pelo emprego de uma padronização na linguagem, denominada padrão oficial de linguagem, que difere da norma padrão da língua portuguesa.
- 18 A impessoalidade dos documentos oficiais é consequência do princípio constitucional de impessoalidade que regre a Administração Pública.
- 19 Uma mensagem de correio eletrônico (*e-mail*) terá valor documental se for enviada a partir de um servidor que use a extensão “.gov.br”.
- 20 Está correta a identificação de um ofício de número 36 emitido pelo CAU-MA neste ano de 2025: Ofício nº 36/2025 – CAU-MA.

Considere-se um grupo musical composto de 4 cantores do sexo masculino, do qual faz parte Gael e mais três colegas, que comprou, para os shows, 4 camisetas vermelhas, 4 camisetas azuis, 4 camisetas verdes e 4 camisetas amarelas, além de 4 calças e 4 pares de meias nessas mesmas quatro cores. As peças de mesma cor são indistinguíveis, e todas servem em qualquer integrante. Em cada apresentação, cada cantor escolhe uma camiseta, uma calça e um par de meias, podendo repetir cores entre os 3 itens.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 21 O número de combinações de roupas que um único integrante pode usar sem repetir a mesma configuração é igual a 64.

- 22** O número de maneiras de escolher exatamente 2 dos 4 cantores para vestirem camisetas vermelhas é igual a 12.
- 23** A probabilidade de Gael, ao se vestir aleatoriamente, não usar nenhum item da mesma cor (camiseta, calça e meias todas em cores distintas) é igual a 37,5%.
- 24** Se Gael fizer 129 apresentações com esse grupo, ele certamente repetirá, pelo menos, 3 vezes alguma combinação de roupa.

Três amigos – André, George e Rafael – estavam brincando de “Os Três Mosqueteiros”, com cada um interpretando um dos papéis, que são os de Athos, Porthos e Aramis. A partir desse contexto, sabe-se que apenas uma das afirmações seguintes é verdadeira.

- André não é Athos.
- George não é Porthos.
- Rafael é Athos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25** André é Aramis.
- 26** George é Athos.
- 27** Rafael é Porthos.

Um pesquisador em cultura popular resolveu mapear os relatos de avistamentos da Manguda nas ruas de São Luís (MA) ao longo de um ano. A Manguda é uma criatura mítica do folclore local, descrita como um fantasma que persegue pessoas em lugares ermos e escuros. Após entrevistar voluntariamente moradores, ele compilou o número mensal de relatos de quem “viu a Manguda”.

MÊS	RELATOS
Janeiro	5
Fevereiro	8
Março	3
Abril	12
Maiο	7
Junho	10
Julho	6
Agosto	9
Setembro	4
Outubro	11
Novembro	2
Dezembro	13

Com base nessa situação hipotética e nas informações apresentadas, julgue os itens a seguir.

- 28** A média aritmética dos relatos mensais é igual a 8.
- 29** A distribuição de relatos mensais é amodal.
- 30** A mediana do número de relatos mensais é igual a 8.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos de *software*, do Google Planilhas e do sistema operacional Android, julgue os itens a seguir.

- 31 O *software* de aplicação é aquele que gerencia recursos do sistema como memória, disco e processador, permitindo o funcionamento de outros programas.
- 32 Um *software* livre é aquele que não possui código-fonte disponível, mas pode ser utilizado gratuitamente por qualquer pessoa.
- 33 O Google Planilhas permite controle granular de permissões, o que facilita a colaboração com diferentes níveis de acesso.
- 34 Nas versões mais recentes do Android, é possível configurar diferentes contas de usuário em um mesmo dispositivo, permitindo que múltiplas pessoas utilizem o aparelho com configurações e aplicativos separados.
- 35 A partir do Android 10, o sistema implementou restrições mais rigorosas ao acesso ao armazenamento interno por aplicativos, por meio da introdução do conceito de Scoped Storage, para aumentar a privacidade dos dados do usuário.

Quanto às ferramentas e aplicativos de Internet e intranet, ao armazenamento em nuvem (OneDrive) e à inteligência artificial, julgue os itens seguintes.

- 36 Uma das limitações da intranet é a impossibilidade de utilização de protocolos da Internet, como HTTP ou FTP.
- 37 Aplicativos como navegadores *web*, clientes de *e-mail* e plataformas de videoconferência são exemplos de ferramentas comuns utilizadas tanto na Internet quanto na intranet.
- 38 O OneDrive permite sincronizar arquivos armazenados na nuvem com dispositivos locais, mantendo uma cópia *offline* que é atualizada automaticamente quando está conectada à Internet.
- 39 Para que um sistema seja considerado inteligente artificialmente, ele precisa ser capaz de tomar decisões complexas de forma totalmente independente do ser humano.
- 40 Todos os sistemas de inteligência artificial exigem conexão contínua com a Internet para funcionar corretamente.

**RASCUNHO**

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto nº 1.171/1994 –, julgue os itens a seguir.

- 41** A pena aplicada pela comissão de ética é a de advertência e, por se tratar de penalidade mais leve, pode ser aplicada sumariamente, além de prescindir de fundamentação.
- 42** Não havendo determinação legal expressa em Lei, o servidor público não poderá priorizar o interesse coletivo em detrimento ao interesse individual.
- 43** O Código de Ética do servidor público tem caráter repressivo e eminentemente sancionador, pois a sua principal finalidade é identificar infrações administrativas e aplicar as penas correspondentes.
- 44** Havendo conflito de interesses entre a Administração Pública e os interessados, o servidor não poderá derrogar as normas do Código de Ética para resguardar os interesses da Administração, mesmo que por ordem dos seus superiores.
- 45** O Código de Ética dos servidores públicos tem como fundamento central o princípio da legalidade estrita, de modo que os servidores somente poderão atuar quando a Lei assim expressamente o exigir.

Em relação à Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 46** O ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, como facilitar a aquisição, a permuta ou a locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado, sujeita o agente público à pena de suspensão dos direitos políticos por até quatro anos.
- 47** Os atos de improbidade administrativa, em qualquer das suas modalidades, pressupõem a existência de dolo específico, não alcançando as ações culposas.
- 48** A caracterização do ato de improbidade administrativa será afastada quando o agente público estiver no mero exercício das suas competências públicas, sem a prática de ato doloso com fim ilícito.
- 49** O pagamento integral da multa consiste em uma hipótese de exclusão da punibilidade do agente público quando se tratar de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, afastando a pena de suspensão dos direitos políticos e a de proibição de contratar com a Administração Pública por até seis anos.
- 50** Para a caracterização do ato de improbidade administrativa, é indispensável a condição de agente público detentor de mandato eletivo, tendo em vista que estes são considerados ordenadores de despesas.

Com base na Lei nº 9.784/1999 e em suas alterações, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir.

- 51** Considera-se entidade a unidade, desprovida de personalidade jurídica, integrante da estrutura da Administração Direta ou da administração indireta, destinada à execução de serviços públicos.
- 52** O critério a ser observado no processo administrativo, segundo o qual deve haver adequação entre meios e fins, vedando a imposição de restrições em medida superior à estritamente necessária para o atendimento do interesse público, diz respeito ao princípio da proporcionalidade, que é corolário do princípio do devido processo legal.
- 53** A norma administrativa deverá ser interpretada da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, sendo vedada a aplicação retroativa de nova interpretação.
- 54** O princípio da legalidade assegura ao agente público inovar no ordenamento jurídico, mediante decreto, modificando as leis ordinárias, quando o interesse público estiver envolvido.
- 55** A impulsão, de ofício, do processo administrativo derroga a atuação dos interessados, uma vez que, após a apresentação do pedido, a juntada de documentos somente poderá ocorrer mediante deferimento da Administração Pública.

De acordo com a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) –, julgue os itens seguintes.

- 56** A integridade da informação diz respeito à qualidade da informação que não foi modificada, inclusive quanto à sua origem, ao seu trânsito e ao seu destino.
- 57** As empresas públicas e as sociedades de economia mista, embora sejam pessoas jurídicas de direito privado, subordinam-se ao regime da LAI.
- 58** A LAI destina-se a proteger os interesses da Administração Pública direta no armazenamento das suas informações, garantindo a sua integridade, como o sigilo dos salários de agentes públicos e as licitações.

No que concerne ao Decreto nº 7.724/2012 e às suas alterações, julgue os itens a seguir, acerca dos procedimentos básicos para a solicitação de informações públicas.

- 59** Em caso de indeferimento do pedido de acesso à informação, a Administração Pública deverá informar ao interessado sobre a possibilidade de interpor recurso, indicando o prazo para fazê-lo e a autoridade que o analisará.

- 60** O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

Com base na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue os itens a seguir.

- 61** A LGPD aplica-se ao tratamento de dados pessoais feito por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e sem finalidade econômica.
- 62** O operador é o agente responsável por tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- 63** O princípio da transparência assegura aos titulares o direito a informações claras, precisas e de fácil acesso sobre o tratamento dos seus dados pessoais e sobre os responsáveis por esse tratamento, respeitando os segredos comercial e industrial.
- 64** O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.
- 65** O uso compartilhado de dados pessoais por pessoa jurídica de direito público com pessoa de direito privado não depende de comunicação à autoridade nacional, nem do consentimento do titular.

A respeito da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção –, julgue os itens seguintes.

- 66** A fusão ou cisão societária da pessoa jurídica constitui hipótese de exclusão da responsabilidade da própria pessoa jurídica, que passará a recair exclusivamente sobre os sócios.
- 67** O efeito negativo produzido pela infração é um dos elementos que será levado em consideração na aplicação das sanções às pessoas jurídicas.
- 68** O processo administrativo para a apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta de dois ou mais servidores estáveis.
- 69** A celebração do acordo de leniência suspende o prazo prescricional dos atos ilícitos praticados pela pessoa jurídica.
- 70** Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

**RASCUNHO**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere à licitação pública, julgue os itens a seguir.

- 71** O pregão e a concorrência são exemplos de modalidades de licitação que poderão ser combinadas, visando atender melhor aos interesses da Administração.
- 72** O leilão será precedido da divulgação do edital em *site* eletrônico oficial, que conterà o *site* da Internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se, excepcionalmente, for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora da sua realização.
- 73** Além das modalidades de licitação previstas na Lei de Licitações e Contratos administrativos, a Administração poderá servir-se de novas modalidades de licitações criadas por licitantes.
- 74** Na modalidade diálogo competitivo, os critérios empregados para a pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.
- 75** O pregão aplica-se, em regra, às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia.
- 76** Ao final da fase de apresentação de propostas e lances, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará o controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
- 77** Na fase de habilitação, não será exigida do licitante a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 78** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, também deverá ser instruído com documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
- 79** É inexigível a licitação quando for inviável a competição, em especial nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento, bem como no caso de aquisição ou de locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária a sua escolha.
- 80** Será dispensável a licitação para a contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.

No que diz respeito aos atributos da qualidade de um produto, julgue os itens seguintes.

- 81** A confiabilidade diz respeito ao grau com que o produto se encontra disponível para a utilização quando requisitado, no caso de não estar quebrado e de não se encontrar em manutenção, por exemplo.
- 82** O atributo que diz respeito à qualidade do ponto de vista ergonômico, de risco de vida e de comunicação do usuário com o produto trata da interface com o meio ambiente.

- 83** Estética é a percepção do usuário sobre o produto a partir dos seus órgãos sensoriais.
- 84** Desempenho técnico ou funcional é o grau com que o produto cumpre a sua missão ou função básica.

Em relação à comunicação organizacional, julgue os itens a seguir.

- 85** A comunicação interna normalmente envolve apenas um setor dentro da organização. Esse tipo de comunicação é voltado especialmente aos colaboradores que mantêm vínculo indireto com a empresa.
- 86** Embora possa ser conduzida por diferentes áreas e canais, a comunicação interna deve focar em transmitir a mensagem de maneira adequada, no tempo oportuno e de forma que alcance todos os envolvidos.
- 87** A comunicação externa incentiva que a organização estabeleça um ambiente voltado à troca de conhecimentos entre os colaboradores. Para isso, é necessário o uso de diversas ferramentas, as quais devem ser previamente planejadas e estruturadas pela empresa, sendo posteriormente apresentadas à equipe.
- 88** A comunicação interna não precisa, necessariamente, estar incorporada à cultura organizacional, uma vez que os colaboradores têm o dever de respeitar e seguir as normas e os comunicados institucionais.
- 89** A comunicação interna é composta de três níveis: o estratégico, voltado à missão, à visão e aos valores da organização; o tático, relacionado à execução das estratégias; e o operacional, que trata das informações diárias.
- 90** Diante das mudanças do ambiente atual, os antigos modelos de comunicação interna tornaram-se ineficazes e, para atender às novas demandas, as organizações devem desenvolver programas de comunicação que se baseiam em pesquisas e que contem com envolvimento efetivo dos colaboradores.
- 91** Além da pesquisa de campo, o processo de comunicação interna inclui a coleta e a análise de dados, a definição de estratégias eficazes e o treinamento para o emprego adequado das ferramentas disponíveis.
- 92** Para garantir uma comunicação eficaz, é essencial: ouvir o público interno antes de transmitir mensagens, valorizando críticas e sugestões; comunicar-se com clareza e simplicidade, evitando ambiguidades; e assegurar que os colaboradores sejam os primeiros a receber as informações, fortalecendo o sentimento de pertencimento.
- 93** A comunicação interna visa fortalecer a imagem institucional da empresa perante a sociedade, com foco prioritário nos consumidores e nos investidores.
- 94** A comunicação interna tem como função secundária construir e preservar a identidade da organização.
- 95** A comunicação externa das organizações pode ser classificada em dois tipos principais: institucional e mercadológica, conforme critérios específicos de atuação e finalidade.
- 96** A comunicação externa fundamenta-se em somente um princípio essencial, que é a transparência.

- 97** Embora a comunicação com consumidores pertença ao campo mercadológico, é fundamental que os responsáveis pela comunicação institucional atuem em parceria com os profissionais que interagem diretamente com os clientes.
- 98** As mensagens institucionais devem manter alinhamento com as mercadológicas, garantindo a mesma linguagem e a mesma descrição quanto aos produtos ou aos serviços oferecidos.
- 99** A transparência, princípio fundamental da comunicação externa, quando praticada, contribui para a coerência das mensagens e fortalece a comunicação institucional, alinhando-a à comunicação interna e evitando situações que possam gerar desconfiança entre os colaboradores.
- 100** Entre os principais públicos que devem ser contemplados nas estratégias de comunicação interna e externa, estão: concorrentes; comunidade local; grupos de interesse; consumidores; instâncias de decisão política; e a imprensa.
- 101** A comunicação externa nas organizações organiza-se em dois tipos principais de canais: os institucionais (ou formais), que utilizam meios oficiais; e os alternativos (ou informais), que abrangem todas as interações comunicativas ocorridas no ambiente organizacional.
- 102** Elementos essenciais da comunicação organizacional, como transparência, participação e partilha, concretizam-se por meio do *feedback*.
- 103** O ruído pode ser definido como a resposta gerada a partir de um ato comunicativo, permitindo ao emissor identificar se a mensagem foi aceita, recusada ou compreendida pelo receptor.
- 104** O *feedback*, também chamado de retroalimentação, integra o processo de ajuste do sistema, pois ele coleta informações geradas na entrada do processo e as utiliza para reorientar o seu funcionamento.

Em consonância com as noções de direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 105** São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário e a cada um dos Poderes da União foi atribuída determinada função típica: ao poder Legislativo, a função jurisdicional; ao Executivo, a função administrativa; e ao Judiciário, a função normativa.
- 106** Agentes públicos são aqueles que, a qualquer título, executam uma função pública como prepostos do Estado, e são integrantes dos órgãos públicos, cuja vontade é imputada à pessoa jurídica.
- 107** O princípio da impessoalidade impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes na sua conduta, enquanto o princípio da moralidade objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica.
- 108** As atividades administrativas devem ser desenvolvidas pelo Estado em benefício próprio, devendo o interesse público ser observado após os interesses da Administração.
- 109** O princípio da publicidade indica que os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, não cabendo o sigilo nem mesmo quando a divulgação puser em risco a segurança da sociedade.

- 110** Os bens e os interesses públicos não pertencem à Administração nem aos seus agentes, cabendo-lhes apenas gerir e conservar tais bens e interesses em prol da coletividade.

No que diz respeito às noções de direito constitucional, julgue os itens seguintes.

- 111** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em estado democrático de direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- 112** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade e a livre manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- 113** Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo dispensado o prévio aviso à autoridade competente.
- 114** No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- 115** São a todos assegurados, necessitando apenas do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e para o esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Em relação às funções administrativas, julgue os itens a seguir.

- 116** As funções do processo administrativo servem como base para a compreensão da administração, porém, embora possam ser analisadas separadamente, elas devem ser entendidas como partes interdependentes do sistema organizacional. Desse modo, elas se complementam e, se uma for executada de forma inadequada, comprometerá as demais.
- 117** Quando a administração é compreendida como um processo, o planejamento apresenta-se como a etapa inicial. Assim, após a definição dos objetivos, os meios para alcançá-los são organizados por meio de planos estruturados.
- 118** Para que os planos sejam colocados em prática, é preciso estruturar a organização. Nesse contexto, a função administrativa controle define o modelo organizacional necessário para viabilizar a execução dos planos e deve estar em sintonia com a estratégia adotada.
- 119** A função organização visa garantir a execução do planejamento conforme o previsto. Dessa maneira, trata-se do mecanismo pelo qual os gestores verificam se as ações realizadas estão alinhadas com o que foi planejado.
- 120** O controle permite acompanhar o avanço em direção às metas estabelecidas e identificar, de forma oportuna, eventuais desvios, possibilitando a adoção de ações corretivas.